

19º Exame de Ordem - 1ª fase - 2002

Direito Civil

1. Assinale a única resposta certa:

Uma determinada pessoa desaparece de seu domicílio, sem que dela haja qualquer notícia. Seu cônjuge é nomeado judicialmente curador dos seus bens. Passados dois anos sem que se saiba do ausente, abriu-se a sua sucessão provisória. Decorridos vinte anos de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, efetuou-se a sucessão definitiva daquela pessoa. Seu cônjuge agora pretende contrair novas núpcias. Sobre este fato cabe afirmar:

- (a) É possível, desde que realizada judicialmente a separação e o divórcio presumivelmente consensuais;
- (b) As novas núpcias podem ser contraídas porque, ultimada a sucessão definitiva, rompem-se todos os liames jurídicos entre as partes;
- (c) Impossibilita-se em caso de ausência qualquer nova união matrimonial do cônjuge presente, admitindo-se apenas a convivência *more uxório*;
- (d) É possível o cônjuge presente contrair novas núpcias, desde que obtenha o divórcio, sucessivo à separação judicial, em ação movida contra o ausente, podendo ser alegada a ruptura da vida em comum.

2. João contrata um seguro de vida em uma portentosa Companhia de Seguros. Um mês depois, julgando sua vida de contador muito tediosa, passa a dedicar-se a esportes radicais, como saltar de pára-quadras, praticar canoagem de alta velocidade e saltar de despenhadeiros preso a um elástico, mesmo sem ter o preparo físico necessário para tanto. Em um desses exercícios, ocorre uma fatalidade e este vem a falecer. Seus herdeiros tentam receber agora o seguro de vida. Sobre isto é CORRETO afirmar:

- (a) O seguro é devido aos herdeiros pois o prêmio foi regularmente pago e a prática de esportes mesmo radicais pelo segurado constitui a álea do negócio;
- (b) O segurado não agiu de boa-fé declarando que pretendia dedicar-se a esportes radicais e, assim, agravou injustificadamente os riscos, perdendo os seus herdeiros o direito ao seguro;
- (c) Tudo ficará a critério do juiz, para decidir por equidade, ainda que provadas as circunstâncias reais de agravamento do risco;
- (d) O seguro é devido porque baseado em juízo probabilístico da portentosa Seguradora e coberto pelo pagamento de outras apólices de menor risco.

3. Não podem ser considerados consumidores, ou equiparados a consumidores, nos termos do CDC (Código de Defesa do Consumidor):

- (a) A coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo;
- (b) A pessoa jurídica que utiliza serviço como destinatário final
- (c) A pessoa física que desenvolve atividade de montagem de produtos para venda no comércio
- (d) A pessoa exposta à prática comercial de publicidade abusiva, mesmo que não haja efetivamente adquirido o produto anunciado.

4. Sobre a gestão de negócios é CORRETO afirmar:

- (a) Devido ao caráter de magnanimidade da gestão de negócios, o gestor não responde pelos casos fortuitos, ainda que a gestão tenha sido realizada contra a vontade presumível do interessado;
- (b) O gestor só responde pelo caso fortuito quando fizer operações arriscadas, mas não quando sacrifica o interesse do dono do negócio para preservar os seus próprios bens;
- (c) Quando o gestor de negócios, na ausência do indivíduo obrigado a alimentos, por ele os prestar a quem se devem, poderá cobrá-los judicialmente do alimentante, ainda que este não os tenha realizado por objeções de consciência;
- (d) Quando os negócios alheios estiverem de tal maneira imbricados com aqueles do gestor, que se não possam gerir separadamente,

considerar-se-á o gestor por sócio daquele, cujos interesses deve agenciar conjuntamente com os seus, ficando obrigado o beneficiário da gestão por todos os lucros e prejuízos da ação do gestor.

5. Acerca da litispendência, NÃO é correto dizer que:

- (a) É motivo de extinção do processo sem julgamento do mérito;
- (b) É repetição de lide idêntica;
- (c) É faculdade do Juiz reconhecê-la;
- (d) Exige, para sua configuração, identidade das partes, pedido e causa de pedir das demandas.

6. A liquidez da dívida, na execução:

- (a) Não é condição da ação executiva, mas mera circunstância supérflua no curso do feito com perícia;
- (b) Pode ser comprovada em embargos de devedor;
- (c) É sinônimo de certeza do título executivo;
- (d) Configura a apuração do valor exequendo com base no título, com, no máximo, mera operação aritmética.

7. A gratuidade das custas e honorários advocatícios derivada da Lei nº 1.060/50:

- (a) Só é concedida se a perícia comprovar a impossibilidade de pagamento de tais verbas;
- (b) Só é cabível em favor do autor da ação;
- (c) Gera, se vencido for o hipossuficiente na demanda, condenação em honorários e custas que fica sobrestada, na forma do artigo 12 da Lei nº 1060/50;
- (d) Tem, se não for concedida, como consequência a irrecorribilidade da decisão.

8. Quanto ao mandado de segurança, é CORRETO dizer que:

- (a) Pode ser impetrado contra lei em tese;
- (b) Pode constituir em substitutivo de recurso processual cabível que tem efeito suspensivo;
- (c) Não há condenação em custas e honorários advocatícios da autoridade impetrada;
- (d) Tem prazo para impetração de um ano a contar do ato dito violador de direito líquido e certo.

Direito Penal

9. A e B, por motivo irrelevante, iniciam violenta discussão, no curso da qual B, deparando-se com uma pilha de estrume, apossa-se de uma pequena quantidade do mesmo e o arremessa contra A. A conduta de B pode ser tida como:

- (a) Indiferente ao Direito Penal;
- (b) Lesão corporal culposa;
- (c) Injúria real;
- (d) Vias de fato.

10. Sérvulo, perigoso assaltante, vendo-se cercado por vários policiais, dispara sua arma de fogo contra um deles. Entretanto, esse policial, em um dos bolsos da camisa, porta o seu distintivo da polícia, em consequência do que não sofre qualquer lesão. Restringindo-se, exclusivamente, à conduta descrita, o marginal deverá responder:

- (a) Por periclitación de vida;
- (b) Pela contravenção de disparo de arma de fogo;

- (c) Por crime impossível;
- (d) Por tentativa de homicídio.

11. Antônio, cidadão casado, mas separado de fato de sua esposa, começa a namorar uma jovem de 19 anos de idade, oriunda de tradicional família e, desconhecendo esta o estado civil de Antônio, em razão de promessa de casamento, acaba por manter com a mesma conjunção carnal, desvirginando-a. Levando em conta, apenas a conduta com relação à jovem, Antônio:

- (a) Não praticou qualquer delito;
- (b) Cometeu o crime de corrupção de menores;
- (c) Praticou o crime de sedução;
- (d) Cometeu o crime de atentado ao pudor, mediante fraude.

12. Paulo, atuando como advogado e fazendo-se passar como tal fosse, recebeu procuração com poderes *ad judicium* e, em razão disso, passou a postular em Juízo. Acontece que Paulo não estava regularmente inscrito na OAB e, sequer, era bacharel em Direito. Pergunta-se: a conduta de Paulo tipifica:

- (a) Contravenção de exercício ilegal da profissão;
- (b) Crime de falsa identidade;
- (c) Crime de falsidade ideológica;
- (d) Crime de advocacia administrativa.

13. O procedimento *sumaríssimo* está previsto para o(s) seguinte(s) caso(s):

- (a) Crimes dolosos contra a vida;
- (b) Somente para as contravenções;
- (c) Para as contravenções e para os crimes dolosos contra a vida;
- (d) Somente para as infrações penais de menor potencial ofensivo.

14. A prisão de natureza cautelar poderá ocorrer:

- (a) Em casos de flagrante delito ou em decorrência de ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, salvo as hipóteses de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;
- (b) Somente em casos de flagrante delito;
- (c) Somente por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, salvo as hipóteses de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;
- (d) Somente por ordem escrita da autoridade judiciária competente, não sendo, entretanto, necessária à fundamentação da decisão.

15. A ordem de *habeas corpus* deve ser concedida:

- (a) Exclusivamente em caso de estar alguém sofrendo violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder;
- (b) Exclusivamente em caso de estar alguém ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder;
- (c) Em caso de estar alguém sofrendo ou se achar na eminência de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder;
- (d) Exclusivamente em caso de estar alguém ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade, excluindo-se, entretanto, o abuso de poder.

16. Como regra, o *Sistema de Avaliação de Prova* acolhido em nosso ordenamento processual penal é o:

- (a) Da prova legal;
- (b) Do livre convencimento motivado;
- (c) Da íntima convicção;
- (d) Da prova legal negativa.

Direito Trabalhista

17. São beneficiários dos depósitos recolhidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço:

- (a) Obrigatoriamente os trabalhadores regidos pela CLT, os avulsos, os trabalhadores rurais, o trabalhador temporário e os domésticos, sendo excluídos os autônomos, os trabalhadores eventuais e os diretores não empregados das sociedades anônimas, sendo que esses últimos jamais podem ser equiparados aos demais beneficiários do regime do FGTS, conforme vedação expressa da legislação do FGTS;
- (b) Entre outros, e de forma obrigatória, os trabalhadores regidos pela CLT, os avulsos, os trabalhadores rurais, sendo concedida a faculdade de tal regime aos trabalhadores domésticos e os diretores não empregados das sociedades anônimas, porém, excluídos os autônomos, os trabalhadores eventuais e os servidores públicos militares;
- (c) Entre outros, e de forma obrigatória, os trabalhadores regidos pela CLT, os eventuais, os trabalhadores rurais e os trabalhadores domésticos, sendo concedida à faculdade de tal regime aos diretores não empregados das sociedades anônimas, conforme previsão na legislação do FGTS, sendo porém excluídos os autônomos, os trabalhadores avulsos e os servidores públicos militares;
- (d) Obrigatoriamente só os trabalhadores regidos pela CLT e facultativamente todos os demais trabalhadores, inclusive os avulsos.

18. É INCORRETO afirmar que:

- (a) O empregado perde o direito ao restante do prazo do aviso prévio concedido pelo empregador quando o empregado, durante o referido prazo, comete qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão contratual;
- (b) O abono é considerado um acréscimo salarial pago a título de indenização ao empregado, em valor que tende a garantir uma perda do poder aquisitivo do salário, normalmente em valor igual ao salário base do trabalhador, não devendo ser incluídos nos salários como estabelece a legislação trabalhista vigente;
- (c) Salário normativo é a remuneração mínima estabelecida em decisão normativa, convenção ou acordo coletivo de trabalho para uma determinada função ou categoria profissional com vigência em determinada data-base;
- (d) É computado como tempo efetivo de trabalho o tempo em que o jornalista empregado estiver à disposição de seu empregador.

19. Tratando-se de enquadramento sindical na legislação brasileira, é CORRETO afirma que:

- (a) O enquadramento sindical é espontâneo, sendo vedada a criação de mais de uma entidade sindical de trabalhadores ou de empregadores por base territorial, inclusive em relação à organização de sindicatos rurais que, não podem ter base inferior à área de um Município;
- (b) O enquadramento sindical é obrigatório, sendo obrigatória a criação de mais de uma entidade sindical de trabalhadores ou de empregadores por base territorial, inclusive em relação à organização de sindicatos rurais que, não podem ter base inferior à área de um Município;
- (c) O enquadramento sindical é espontâneo, sendo vedada a criação de mais de até três entidades sindicais de trabalhadores ou de empregadores por base territorial, inclusive em relação à organização de sindicatos rurais que, podem ter base inferior à área de um Município;
- (d) O enquadramento sindical é espontâneo, sendo vedada a criação de mais de uma entidade sindical de trabalhadores ou de empregadores por base territorial, exceto em relação à organização de sindicatos rurais que, não podem ter base inferior à área de um Estado.

20. Na execução trabalhista, havendo débito previdenciário a favor do INSS e fixado seu valor principal, qual o critério de atualização do mesmo a ser adotado?

- (a) Mesmos índices que atualizam e corrigem os débitos trabalhistas em geral;
- (b) A Justiça do Trabalho tomará os índices próprios previstos na legislação previdenciária, trazendo-os para o processo que nela tramita;
- (c) O Juiz poderá escolher um ou outro (o da Justiça do Trabalho ou o referente aos débitos previdenciários);
- (d) Nenhum dos dois e, sim, 1% de juros mensais e a variação do IGPM-FGV.

21. Numa reclamação trabalhista, segundo o TST, o réu deve ter seu preposto sempre como empregado (salvo se for sócio ou mesmo cotista) para representá-lo na Audiência. Qual a exceção à regra?

- (a) Quando se trate de pedido de vínculo trabalhista de "autônomo";
- (b) Quando o reclamante é ex-sócio ou ex-cotista da firma reclamada;
- (c) Quando o reclamante é empregado doméstico;
- (d) Quando reúna conhecimento dos fatos, pouco importando seja ou não empregado.

22. No auxílio-acidente cessado pela Previdência Social, a partir de que momento teria o empregado a garantia do emprego e qual o prazo desta:

- (a) Desde quando cesse o benefício e por 36 meses;
- (b) Após a cessação, por 18 meses;
- (c) A partir do 1º pagamento tem 12 meses de garantia;
- (d) Enquanto permaneça no benefício e até 12 meses após sua cessação.

Direito Comercial

23. Assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) Embora o falido reabilitado possa exercer o comércio, ele somente está livre para fazê-lo após ter cumprido sua pena;
- (b) O comerciante falido não poderá jamais exercer novamente o comércio;
- (c) A sentença declaratória de falência pode acarretar a inabilitação do falido;
- (d) A declaração, por sentença, da extinção das obrigações do falido o reabilita para o exercício da mercancia.

24. Assinale a alternativa CORRETA sobre a sociedade por ações:

- (a) A Assembléia Geral dos Acionistas e a Diretoria são órgãos dispensáveis, se o acionista controlador tiver todas as atividades da sociedade sob seu controle;
- (b) Inexiste qualquer solidariedade entre o subscritor que houver contribuído para a formação do Capital Social com bens ou direitos, e os peritos avaliadores que houverem feito a respectiva avaliação;
- (c) O Conselho de Administração é órgão obrigatório, ainda que a sociedade seja fechada e independa de autorização para funcionar;
- (d) Algumas das publicações determinadas pela lei de regência devem ser promovidas com antecedência em relação a certos eventos societários, e outras devem ser promovidas subsequente aos eventos.

25. Assinale a afirmativa CORRETA:

- (a) A fiança bancária é uma garantia real;
- (b) O aval é um direito real sobre coisa alheia;
- (c) O protesto pode ser feito informalmente;
- (d) O aval é garantia aposta a um título de crédito, autônoma em relação ao mesmo.

26. Assinale a afirmativa INCORRETA sobre a empresa:

- (a) Somente a sociedade por ações é considerada empresária;
- (b) A violação, por determinada sociedade mercantil, do segredo de empresa pertencente a outra, constitui prática de concorrência desleal;
- (c) O poder econômico que uma empresa possa conquistar nem sempre deriva do eventual poder de controle que ela tenha;
- (d) O consórcio de empresas não tem personalidade jurídica.

Direito Tributário

27. Assinale a alternativa INVERÍDICA:

- (a) O conceito de "poder de polícia" encontra-se no CTN;
- (b) Na iminência ou no caso de guerra externa, a União pode instituir, temporariamente, impostos extraordinários;
- (c) Não constitui majoração de tributo a atualização do valor monetária da respectiva base de cálculo;
- (d) Existe método próprio para a interpretação das normas tributárias.

28. Em relação à ação anulatória de dívida fiscal inscrita, pode-se afirmar que:

- (a) Para a sua propositura, é indispensável o depósito do valor integral da dívida;
- (b) Poderá ser proposta com o depósito do valor integral da dívida, hipótese em que suspenderá a exigibilidade do débito;
- (c) Não poderá ser proposta após ajuizamento da execução fiscal;
- (d) Tem âmbito restrito à discussão sobre a validade formal do ato de inscrição da dívida.

29. Entidade beneficente de assistência social, sem fins lucrativos e que preencha os requisitos para fruição de imunidade tributária, está sujeita, em princípio:

- (a) Às taxas, à contribuição de melhoria e à contribuição de seguridade social;
- (b) Aos impostos sobre o patrimônio, às taxas e à contribuição de seguridade social;
- (c) Às taxas e à contribuição de melhoria;
- (d) Às taxas e à contribuição de seguridade social.

30. Com relação aos impostos discriminados na Constituição Federal, precisam ser necessariamente disciplinados por lei complementar:

- (a) O fato gerador, a base de cálculo e o prazo de recolhimento do tributo;
- (b) O fato gerador, a definição de contribuinte e o prazo de recolhimento do tributo;
- (c) A definição de contribuinte, o fato gerador e a base de cálculo do tributo;
- (d) O aumento de alíquota, o prazo de recolhimento e a base de cálculo do tributo.

Direito Internacional

31. Qual a lei que regula a capacidade para suceder?

- (a) A lei do domicílio do herdeiro ou legatário;
- (b) A lei da situação do bem;
- (c) A lei do domicílio do *de cuius*;
- (d) A lei do lugar onde ocorreu o óbito.

32. O estrangeiro admitido na condição de temporário, para trabalhar no Brasil:

- (a) Não poderá exercer outra atividade no país;
- (b) Somente poderá exercer outra atividade se autorizado pelo Ministério das Relações Exteriores;
- (c) Deverá requerer, antes, autorização ao Departamento Federal de Justiça, para exercer outra atividade no país;
- (d) Não poderá exercer outra atividade no país, salvo se houver um pedido oficial do Consulado de sua nacionalidade.

33. Cidadão português pode exercer cargo público no Brasil?

- (a) Não, segundo o artigo 37, inciso I da Constituição Federal;
- (b) Sim, desde que tenha o visto permanente no Brasil;
- (c) Sim, se amparado pela Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres de 12 de abril de 1972;
- (d) Sim, se casado com brasileira e residente no país.

34. A concessão do Visto Permanente poderá ficar condicionada no Brasil:

- (a) A prazo não superior a dez anos para o exercício de atividade certa no país;
- (b) A que o estrangeiro tenha filho brasileiro;
- (c) A prazo não superior a cinco anos, com fixação em região determinada do território nacional;
- (d) A que o requerente tenha imóveis no Brasil.

Direito Constitucional

35. Em tema de Poder Constituinte, de Constituição e do reflexo dessa sobre a legislação ordinária anterior é CORRETO afirmar:

- (a) Que o Poder Constituinte originário, segundo a doutrina, é responsável pela produção primitiva da ordem jurídica fundamental do Estado, assim como pela alteração do Texto dela resultante, sem qualquer limitação, através do processo de emenda constitucional;
- (b) Que, consoante o modo de elaboração, são classificadas como históricas as Constituições que possuem uma parte rígida e outra flexível, sendo facultada a alteração da parte rígida através de processo legislativo ordinário ou não dificultoso;
- (c) Que a regra contida no art. 1º, *caput*, da *Lex Fundamentalis*, dispendo que "*A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito*", revela exemplo, de acordo com a classificação do Prof. José Afonso da Silva, de norma constitucional de eficácia limitada e princípio institutivo;
- (d) Que o fenômeno da recepção consiste no acolhimento de norma legal, editada ao tempo de Constituição anterior, que não confronte, materialmente, com a nova ordem fundamental.

36. Com pertinência ao controle de constitucionalidade, aponte a alternativa VERDADEIRA:

- (a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual em face da Constituição Federal;
- (b) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, o Supremo Tribunal Federal, dispensada a comunicação ao Poder competente para a adoção das providências necessárias, concederá, através de instrumento próprio, o provimento normativo ou regulamentar necessário, com o objetivo de suprir a omissão verberada;
- (c) São legitimados restritos e concorrentes para a propositura da arguição de descumprimento de preceito fundamental, exclusivamente, o Presidente da República, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e o Procurador-Geral da República;
- (d) A ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo prevista no Texto da República, tem por finalidade elidir a insegurança jurídica ou o estado de incerteza acerca da constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal em face da Constituição Federal.

37. Força na Constituição da República, assinale, dentre as opções abaixo, versando acerca do Estado, do Estado Federal, da Federação Brasileira e de institutos que lhes são afins, a assertiva formulada com INCORREÇÃO:

- (a) A forma federativa de Estado está incluída dentre as cláusulas pétreas;
- (b) Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, assim como suplementar a legislação federal e estadual no que couber;
- (c) É facultado à União proceder à intervenção Federal nos Municípios integrantes da estrutura dos Estados federados, de sorte a manter a integridade nacional;
- (d) A decretação do estado de sítio, pelo Presidente da República, nas hipóteses constitucionalmente facultadas, depende, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, de autorização prévia do Congresso Nacional.

38. Indique, em meio às hipóteses abaixo, atinentes aos Poderes da República, a alternativa INCORRETA:

- (a) O Poder Legislativo Federal é bicameral e exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, diversamente do que ocorre nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, em cujas unidades a estrutura legislativa é unicameral;
- (b) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, depois de admitida, por dois terços da Câmara dos Deputados, a acusação contra o mesmo formulada;
- (c) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão ausentar-se do País, em nenhuma circunstância, sem autorização expressa do Congresso Nacional, sob pena de perda de cargo;
- (d) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição da República.

39. Nomeie, com alusão ao processo legislativo, a opção EXATA:

- (a) São de iniciativa privativa do Presidente da República os projetos de lei que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- (b) O Presidente da República, em caso de relevância e urgência, poderá adotar medida provisória, com força de lei, sobre matéria relativa, inclusive, a direito penal e processual penal, devendo submetê-la de imediato ao Congresso Nacional;
- (c) As propostas de emenda à Constituição, aprovadas pelas Casas do Congresso Nacional, serão submetidas ao Presidente da República que, aquiescendo, as sancionará;
- (d) As leis delegadas elaboradas pelo Presidente da República, por delegação do Congresso Nacional, não sujeita a termo de exercício e concedida independentemente de solicitação, poderão recair sobre qualquer matéria.

40. É CORRETO asseverar, em relação aos remédios constitucionais:

- (a) Que o *habeas corpus* não pode ser impetrado por estrangeiro, ainda que em defesa de sua própria liberdade de locomoção;
- (b) Que o mandado de injunção, em face da natureza acionária que ostenta, cabe, exclusivamente, diante de norma constitucional auto-aplicável ou de eficácia plena;
- (c) Que a ação popular, à falta do reconhecimento de ampla legitimação em favor do cidadão, só poderá ser aforada na comarca em que o autor possuir domicílio eleitoral;
- (d) Que, em relação ao mandado de segurança, direito líquido e certo é aquele comprovado de plano, através de documento inequívoco, não demandando, conseqüentemente, de prova futura.

Direito Administrativo

41. Em matéria de política urbana, NÃO compete à União:

- (a) Legislar sobre normas gerais de direito urbanístico;

- (b) Instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transporte;
- (c) Instituir, por lei federal, plano diretor para as cidades com mais de um milhão de habitantes;
- (d) Elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

42. Assinale a afirmativa ERRADA sobre desapropriação:

- (a) O expropriante pode ser obrigado a pagar juros compensatórios e moratórios;
- (b) Os juros compensatórios incidem sobre o valor do bem, este reconhecido por sentença judicial transitada em julgado;
- (c) Os juros compensatórios destinam-se, apenas, a compensar a perda de renda comprovadamente sofrida pelo proprietário;
- (d) Os juros moratórios destinam-se a recompor a perda decorrente do atraso no efetivo pagamento da indenização fixada na decisão final de mérito.

43. Sobre o estudo prévio de impacto de vizinhança - EIV, previsto na legislação que estabelece diretrizes gerais de política urbana, assinale a afirmativa FALSA:

- (a) Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados, em área urbana, que dependerão de elaboração de EIV para obtenção de licenças ou autorizações de competência municipal;
- (b) Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades públicas, em área urbana, que dependerão de elaboração de EIV para obtenção de licenças ou autorizações de competência municipal;
- (c) Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente municipal, por qualquer interessado;
- (d) O EIV substitui a elaboração e aprovação do estudo prévio de impacto ambiental.

44. Sobre a modalidade de licitação denominada pregão, assinale a afirmativa CORRETA:

- (a) Pode ser adotada quando se fizerem compras pelo sistema de registro de preços;
- (b) Só pode ser realizada pela União;
- (c) É permitida a exigência de garantia de proposta;
- (d) O prazo de validade das propostas nunca poderá ser superior a trinta dias.

Deontologia Jurídica

45. O advogado GABRIEL GUERREIRO, regularmente inscrito na OAB/RJ, foi nomeado e empossado Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Pergunta-se: Como fica a situação daquele advogado junto à OAB/RJ e no exercício da advocacia?

- (a) Terá sua inscrição na OAB/RJ cancelada e, conseqüentemente, não poderá mais exercer a advocacia;
- (b) Será licenciado pela OAB/RJ e, conseqüentemente, não poderá exercer a advocacia durante o tempo em que for Presidente da Junta Comercial;
- (c) Continuará inscrito na OAB/RJ e exercendo a advocacia, ficando porém impedido de advogar contra a Fazenda Pública que o remunera;
- (d) Continuará inscrito na OAB/RJ e exercendo a advocacia normalmente, sem qualquer restrição.

46. O Advogado GUSTAVO PEIXOTO, regularmente inscrito na OAB-RJ e que já havia sofrido uma punição disciplinar aplicada pela OAB/RJ, revelou, sem motivo justo, um segredo que lhe fora confidenciado por seu cliente. Pergunta-se: Qual a punição disciplinar cabível na hipótese?

- (a) Advertência;
- (b) Censura (simples ou com multa);
- (c) Suspensão (simples ou com multa);

(d) Exclusão do quadro da OAB/RJ.

47. Qual dos seguintes procedimentos do advogado fere disposição expressa do Código de Ética e Disciplina da OAB?

- (a) Não informar ao cliente eventuais riscos de sua pretensão e conseqüências que poderão advir da demanda;
- (b) Aconselhar o cliente à não ingressar em juízo com uma causa duvidosa;
- (c) Ser sócio de uma Sociedade de Advogados e manter um escritório particular, cujas rendas não revertam para a sociedade;
- (d) Publicar, em jornal de grande circulação, um anúncio de seu escritório, informando título, especialidade, endereço e horário de atendimento.

48. O que é necessário para que uma Sociedade de Advogados adquira personalidade jurídica?

- (a) O registro de seu Contrato ou Estatuto Social no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na OAB e no CNPJ (Ministério da Fazenda);
- (b) O registro de seu contrato ou Estatuto Social na Junta Comercial;
- (c) O registro de seu Contrato ou Estatuto Social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- (d) O registro de seu Contrato ou Estatuto Social na OAB.

49. José da Silva alugou imóvel seu a Ricardo Xavier, que nele passou a residir. Vencido o prazo da locação, esta continuou por prazo indeterminado. Após 4 (quatro) anos de locação, José da Silva, assistido pelo advogado Marcos Vinícius, tentou obter de Ricardo Xavier a revisão do aluguel do imóvel locado, não logrando êxito. Agora, José da Silva constitui o advogado Pedro Costa que ingressa em juízo com ação de despejo por falta de pagamento, em face de Ricardo Xavier, que está em dia com suas obrigações contratuais. Pergunta-se: Como se denomina tal procedimento do advogado Pedro Costa?

- (a) Tergiversação;
- (b) Lide temerária;
- (c) Patrocínio infiel;
- (d) Exercício ilegal da advocacia.

50. O Código de Ética e Disciplina da OAB permite ao advogado:

- (a) Recusar o patrocínio de uma causa criminal, quando considera que o acusado é o culpado do crime;
- (b) Revelar fato sigiloso, quando convocado a depor em juízo, como testemunha;
- (c) Substabelecer o mandato, com reservas de poderes, sem prévio conhecimento do cliente;
- (d) Entender-se diretamente com a parte contrária, sem o consentimento do advogado dela.